## REQUERIMENTO N°, DE 2025

( COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

Requer a revisão do despacho de distribuição do PL nº 382/2025, para incluir a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional no rol de comissões permanentes responsáveis pelo exame do mérito da proposição.

## Senhor Presidente:

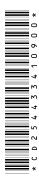
Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 17, inciso II, "a", e art. 139, II, "a" do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a revisão do despacho de distribuição do PL nº 382/2025, para incluir a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE) no rol de comissões permanentes responsáveis pelo exame do mérito da proposição, haja vista a competência da Comissão para sua análise, nos termos do art. 32, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

## **JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de Lei nº 382/2025, de autoria do Deputado João Daniel, visa alterar a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, para permitir a participação, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de agricultores familiares que apresentem débitos perante a União, direcionando parte do pagamento à amortização dessas dívidas.

A Lei nº 14.628/2023 — objeto da proposição — tem como objetivos explícitos, entre outros, o fortalecimento de circuitos locais e regionais de comercialização da agricultura familiar (art. 2º, inciso VI) e a





Apresentação: 06/08/2025 17:59:42.270 - Mes

redução das desigualdades sociais e regionais (art. 2º, inciso XII). Essas finalidades relacionam-se diretamente às competências atribuídas à Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE), conforme disposto no art. 32, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Adicionalmente, outros dispositivos da Lei mencionada reforçam essa conexão temática, ao tratarem da valorização dos mercados locais e regionais (§1º do art. 4º) e da atuação do PAA em municípios em situação de emergência ou calamidade pública (§1º do art. 9º), o que também se insere no escopo de atuação da CINDRE quanto ao ordenamento territorial, integração regional e defesa civil.

A modificação proposta no PL nº 382/2025 não se limita a um ajuste técnico ou financeiro. Ao ampliar o acesso ao PAA, ela impacta diretamente as políticas públicas voltadas ao **desenvolvimento regional** e à **inclusão econômica de populações vulneráveis** em regiões historicamente desfavorecidas — o que justifica a atuação da CINDRE na análise de mérito da proposição.

Dessa forma, considerando o vínculo direto entre o conteúdo do projeto de lei e os temas de competência da Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, conforme o Regimento Interno, tornase legítima e necessária sua inclusão no rol de comissões responsáveis pela análise do mérito da proposição.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada **Yandra Moura**Presidente

2025-10457



